

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



DOIS OLHARES SOBRE A BOLSA PERMANÊNCIA NA UFMS: da relação entre tutores e bolsistas à efetividade da ação para egressos

Telma Romilda Duarte Vaz
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPNV
trdvaz@gmail.com

Thais Maiara Teixeira Jota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPNV
maiarajota@gmail.com

Luiz Henrique Botelho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – ESAN
luiz_hb94@hotmail.com

Eixo Temático: Educação, Saúde e Sociedade.

RESUMO

O presente artigo buscou apresentar e refletir sobre o resultado de dois projetos iniciação científica desenvolvidos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e que investigaram ações afirmativas desenvolvidas na Universidade. Os objetivos foram elencados respectivamente da seguinte forma: compreender as características da relação entre tutor e bolsista na ação bolsa permanência na UFMS e, analisar o impacto da bolsa permanecia para acadêmicos egressos que usufruíram do benefício. Os procedimentos metodológicos utilizados, em ambas as pesquisas, pautaram-se pela abordagem qualitativa, pesquisa descritiva, procedimentos bibliográficos e estudos de casos. Os resultados apontam para a necessidade de maior discussão no meio acadêmico sobre as questões abordadas pelas duas pesquisas, ao mesmo tempo, evidenciaram a importância do trabalho do professor para permanência do acadêmico na UFMS. Da mesma forma, constatou que a ação bolsa permanência tem cumprido seu papel de dar condições mínimas de permanência ao acadêmico na instituição.

Palavras-chave: Bolsa Permanência, Egressos, Docentes.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de dois projetos de iniciação científica, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), especificamente nos Campus de Naviraí e Paranaíba, no período compreendido entre agosto de 2015 e julho de 2016.

A pesquisa desenvolvida no Campus da UFMS na cidade de Naviraí (CPNV), teve como objetivo analisar as características da relação entre tutor e bolsista na ação bolsa permanência. Já, o objetivo da pesquisa desenvolvida no Campus da UFMS na cidade de Paranaíba (CPAR), foi analisar o impacto da ação bolsa permanência para acadêmicos egressos que usufruíram do benefício. A partir destas duas pesquisas, pretende-se trazer elementos que atestem a importância de debates e pesquisas que trazem para a reflexão dados sobre as políticas de ações afirmativas, especialmente aquelas voltadas para a assistência estudantil, como a ação bolsa permanência, considerando que tomam como objeto questões fundamentais para a permanência e efetivação da democratização da universidade.

O Conselho Universitário da UFMS, de acordo com a RESOLUÇÃO do Nº 59, de 25 de julho de 2017, estabelece as Normas de Ações do Programa de Assistência Estudantil da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme o artigo segundo:

Art. 2º As Ações da Assistência Estudantil, no âmbito da UFMS, são voltadas para discentes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial e, prioritariamente, aos que possuem renda per capita de até um e meio salário mínimo vigente, preferencialmente, oriundos de escola pública. Parágrafo único. Os objetivos das Ações do Programa de Assistência Estudantil estão em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), estabelecidos no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, quais sejam: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O Art. 3º desta Resolução estabelece que o PNAES abrange, entre outras ações com transferência de recursos o auxílio permanência. É importante destacar que até o final das pesquisas desenvolvidas, tanto no Campus de Naviraí quanto no Campus de Paranaíba, o atual termo “auxílio permanência” era denominado como “ação bolsa permanência”, motivo pelo qual, no presente artigo, foi adotado o termo ação bolsa permanência, pois independente da nomenclatura, essa ação tem como objetivo oferecer um pequeno aporte financeiro mensal para discentes da UFMS, a fim de subsidiar despesas com os estudos e contribuir para redução da

evasão.

Considerando que a ação Bolsa Permanência foi criada e implementada com o objetivo de dar condições de permanência para estudantes de Universidades públicas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o objetivo do artigo foi apresentar um relato dos principais resultados das duas pesquisas desenvolvidas no âmbito da iniciação científica (PIBIC), bem como, refletir sobre a necessidade de maiores discussões sobre diferentes abordagens em relação a ação bolsa permanência na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, especialmente sobre a questão da efetiva contribuição dessa ação para os estudantes e a relação entre docentes e bolsistas permanência.

As duas pesquisas adotaram como procedimento teórico-metodológico a abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos ambas pautaram-se pela pesquisa descritiva, bem como, adotaram como procedimento, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

Os resultados das pesquisas sugerem que a relação docentes e bolsistas são fundamentais para garantir a qualidade da formação, bem como, a permanência dos acadêmicos com vulnerabilidade socioeconômica, pois o trabalho do professor traz impactos diretos na melhoria de aprendizagem e formação profissional dos bolsistas. Da mesma forma, a pesquisa com os egressos mostra que a ação bolsa permanência tem contribuído para uma formação mais ampla dos egressos e têm refletido positivamente na vida profissional dos ex-estudantes assistidos pela bolsa permanência, evidenciando a importância dessa ação afirmativa na universidade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste tópico são apresentados os resultados das duas pesquisas de iniciação científica. Para melhor compreensão, neste artigo, esses resultados são apresentados separadamente.

2.1 O TRABALHO DO DOCENTE FRENTE A AÇÃO BOLSA PERMANÊNCIA – CÂMPUS DE NAVIRAÍ

A pesquisa no Câmpus de Naviraí tratou sobre a questão da relação de tutoria e a efetivação das atividades do programa ação bolsa permanência na UFMS. Esse programa resulta de políticas de ações afirmativas voltadas para as universidades públicas federais, considerando todos os programas voltados para o atendimento de potencialmente

discriminados, para o acesso e a permanência desses na universidade pública. Entretanto, a pesquisa aqui apresentada, tratará de forma específica, do trabalho do docente tutor com estudantes pertencentes a ação bolsa permanência.

É urgente e necessário que o professor universitário discuta e reflita sobre seu papel diante das demandas que advém de um processo que deve ser de inclusão e que assegure não apenas o acesso, mas permanência de estudantes na universidade pública, assegurando-lhes um direito legitimado pela Constituição Federal de 1988 e expresso em inúmeros documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 ou na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que institui o sistema de cotas para o ingresso de estudantes nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

A Lei 12.711 de 2012, prevê em seu Art. 1º que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação devem destinar em todos seus processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em Parágrafo único, a Lei assegura que 50% (cinquenta por cento) das vagas devem ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, reconhecendo a educação superior como um direito todos. Com o objetivo de complementar a Lei de Cotas foi lançado em 2013, pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Nacional de Bolsa Permanência, com a finalidade auxiliar financeiramente estudantes de baixa renda das instituições federais de ensino superior, bem como, estudantes indígenas e quilombolas.

É importante pontuar a legitimidade das políticas de ações afirmativas no processo de democratização da universidade pública, espaço até então, reservado para a elite brasileira, branca e rica. O perfil dos estudantes universitários tem mudado nos últimos quinze anos, e muito embora, as políticas de ações afirmativas sejam produzidas em um contexto neoliberalista, visando atender as demandas de mercado, caminhando numa linha tênue que vai da urgência da necessidade para o imediatismo do cumprimento das metas a qualquer custo, é preciso reconhecer sua importância na luta pela democratização do acesso de classes historicamente excluídas do ensino superior público, como negros, índios, quilombolas, dentre outros.

Ao considerar o objetivo das políticas afirmativas implantadas pelo governo federal com vistas a combater as desigualdades e oportunizar o acesso das massas segregadas historicamente a esse nível de ensino, preservando a qualidade da educação, inúmeras questões se colocam como essenciais no direcionamento de um debate que procure discutir a efetividade de seus

objetivos, tais como: A garantia de acesso por meio de subsídios como a bolsa permanência é suficiente? Os professores estão preparados para receber e incluir esse novo público que adentra a Universidade e nela procura se manter por meio das ações afirmativas? Como se realiza, na prática, a relação entre estudantes vinculados a ação bolsa permanência e os professores tutores?

Essas são questões fundamentais, e necessitam de atenção especial, de maiores pesquisas e debates que busquem esclarecê-las. É urgente compreender que a admissão desses grupos de estudantes, em sua maioria carentes financeiramente, precisa de um trabalho diferenciado, que considere suas necessidades e especificidades, pontuando que isso não significa diminuir as exigências ou a qualidade dos cursos, mas ignorar a importância desses grupos e de suas realidades específicas, sem assegurar as condições efetivas para a permanência implicaria em reproduzir outros processos de exclusão, repetindo a dialética histórica inclusão *versus* exclusão que tem marcado a história da universidade brasileira (GUHUR, 2003).

Por outro lado, ao considerar essas demandas, é preciso também considerar a precarização do trabalho do professor universitário, a dificuldade resultante do grande volume de trabalho dos docentes tutores de bolsista permanência, geralmente em grande número sujeitos, em contrapartida, a orientação de um pequeno grupo de professores. Pesquisas e debates entre docentes e discentes sobre a temática são escassos e, não parece haver mudanças significativas ou preocupações acerca de uma prática pedagógica que contemple as especificidades, as mudanças e transformações que esse processo de inclusão demanda. Considerando a necessidade de aprofundamento de estudos sobre essa problemática e a aparente incapacidade de interlocução existente entre as políticas públicas de ações afirmativas e o teor do trabalho docente, assinala-se a importância de se estudar as características do trabalho docente no relacionamento com estudantes que participam de ações afirmativas.

Nesse contexto, que o trabalho docente na relação com os acadêmicos oriundos das políticas afirmativas, especialmente na ação de bolsa permanência, tem sofrido críticas importantes no meio acadêmico, apontando aumento e precarização do trabalho, descaso, falta de interesse dos docentes, dentre outros aspectos, demonstrando a necessidade de maiores debates e estudos que se debrucem sobre essa temática. O trabalho do professor e especialmente deste como tutor de ações de bolsa permanência, requer uma série de especificidades, entre as quais, melhor compreensão e entendimento da realidade de determinados grupos sociais e/ou raciais que ingressem nas universidades, e que necessitam de um programa sistemático de apoio acadêmico.

A partir desses pressupostos, foi realizada uma análise exploratória, que permitiu observar que o trabalho docente na relação com os acadêmicos pertencentes a ação bolsa

permanência tem implicado em uma nova demanda de trabalho para os professores-tutores. De um lado, muitos tendem a atribuir essa demanda a um aumento da quantidade de trabalho e responsabilização pela condução de atividades relacionadas às ações de bolsa permanência, por outro lado, muitos acadêmicos e outros docentes responsáveis pelo planejamento da ação bolsa permanência parecem insatisfeitos, ainda que de forma velada, de descaso e falta de interesse e comprometimento de parte dos professores na condução das atividades que essa ação implica.

O papel do professor tutor é fundamental para o sucesso da ação bolsa permanência. O docente é responsável por planejar e conduzir as atividades dos bolsistas, além de acompanhar o desempenho do acadêmico no curso. Como se observa, não é uma tarefa das mais simples. Para muitos docentes, tal atribuição acrescenta um trabalho a mais nas atividades e estes não se sentem comprometidos com o processo de inclusão dos bolsistas com sua permanência na universidade. Além das questões de trabalho, parece também existir questões de cunho ideológico, pois alguns professores acreditam que esse tipo de aluno não deveria frequentar a universidade. Diante desse contexto, o estudo apresentou a seguinte questão de pesquisa: Como ocorre a relação entre tutor e bolsista na ação bolsa permanência? Para responder a essa questão, propôs-se o seguinte objetivo de pesquisa: compreender as características da relação entre tutor e bolsista na ação bolsa permanência na universidade.

O reflexo das mudanças advindas das políticas de inclusão, acesso e permanecia ao ensino superior, tem influenciado de forma direta na formação de um novo contingente de pessoas que procuram ascender social e economicamente por meio da educação pública superior. O perfil dos estudantes da universidade contemporânea tem mudado substancialmente e difere, pelo menos em tese, daquela universidade tradicionalmente elitista e fechada para a minoria burguesa, justamente pela implantação das políticas que possibilitam ajustes e inserção cada vez maior de uma parcela da sociedade que não fazia parte do público do ensino superior, e que hoje passa a se fazer presente na conjuntura das universidades federais.

O professor universitário assume uma série de responsabilidades importantes no campo das políticas afirmativas que configuram o contexto dessas mudanças, extremamente necessárias, e que ocorrem nos âmbitos das práticas de ensino e aprendizagem, com o desenvolvimento de competências que agora serão primordiais para garantir a continuidade do processo de inclusão, como é o caso dos bolsistas permanência. Como aponta Rios (2003, p. 107) “O trabalho docente competente é um trabalho que faz bem. É aquele em que o docente mobiliza todas as dimensões de sua ação com o objetivo de proporcionar algo bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade”. Nesse sentido, é preciso que o docente assuma as rédeas da mudança em curso, que coloque em discussão e reflexão o papel das políticas

afirmativas e que trabalhe para a sua concretização e efetivação. Aos docentes cabe ter consciência que um novo contingente de estudantes estão presentes no espaço universitário e que a inclusão proposta pelas ações afirmativas não ocorrerá sem sua participação e apoio.

2.2 A AÇÃO BOLSA PERMANÊNCIA NA PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS – CÂMPUS DE PARANAÍBA

A pesquisa no Campus de Paranaíba procurou analisar a percepção dos egressos sobre a ação bolsa permanência, aspecto que é pouco investigado na UFMS. Os processos avaliativos, em geral, se debruçam sobre os números com métricas que não são capazes de traduzir impactos qualitativos da bolsa permanência. O que se observa é que esses mecanismos de avaliação estão preocupados com o volume de recursos despendidos e com a quantidade de acadêmicos contemplados. Dessa forma, avaliação das ações está concentrada, em sua maior parte, na elaboração de relatórios que não são analisados e refletidos com os participantes da ação (acadêmicos, professores e planejadores/executores), mecanismos que não contemplam os egressos e, portanto, considerados aqui, insuficientes para uma análise qualitativa da efetivação e relevância dos fins e objetivos da ação.

As políticas afirmativas voltadas à educação superior pública federal têm como finalidade oferecer melhores condições para o acesso e permanência de jovens com vulnerabilidade socioeconômica na universidade. Segundo Zago (2006), esta realidade poderia ser mudada por meio de políticas voltadas para a permanência dos estudantes nas universidades. Além do acesso do jovem ao ensino superior, é preciso investir em incentivos que propiciem condições igualitárias aos acadêmicos em relação aos outros segmentos sociais para garantir permanência na universidade.

Segundo o Ministério da Educação (2016) para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), representando um marco importante na história da assistência estudantil. O objetivo do PNAES é promover a igualdade de oportunidades entre os estudantes, que desta forma colabora para a melhoria do desempenho acadêmico, e a partir destas iniciativas buscam-se reduzir situações de repetência e evasão nas universidades contempladas pelo programa. Para promover o acesso e permanência dos estudantes de baixa renda o PNAES oferece a assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, a saúde, inclusão digital, cultural esporte, creche e apoio pedagógico. Assim sendo as instituições de ensino são responsáveis por executar essas ações, bem como acompanhar e

avaliar o andamento do programa. Os estudantes que solicitarem os auxílios oferecidos pelo PNAES são submetidos aos critérios de seleção, em que é considerado o perfil socioeconômico, bem como, admite que pode existir outros critérios que serão estabelecidos de acordo com o contexto de cada instituição pertencente ao programa (MEC, 2016).

As ações do PNAES, conforme aponta Carvalho (2013), propiciam aos acadêmicos com limitações as condições básicas para a permanência e conclusão do curso, colaborando para a prevenção da erradicação, a retenção e evasão escolares oriundas das dificuldades socioeconômicas sofridas por universitários de baixa renda. Nesse sentido a partir destas políticas promove-se a inclusão social de alunos por meio da educação. (BETZEK, 2015).

Outra questão de papel decisivo voltado para o acesso e permanência e igualmente pouco investigada em relação às políticas públicas afirmativas, é questão da avaliação. A avaliação da política pública é a etapa em que se examina a implementação e o desempenho da política, com o objetivo de analisar melhor as condições da política, bem como reduzir os problemas que foram identificados nesse processo. Para Betzek (2015), muitas métricas podem ser utilizadas para avaliação, em geral elas procuram discutir a avaliação das políticas a partir de critérios de economicidade, eficiência econômica, eficiência administrativa, eficácia e equidade. Nessa perspectiva, a avaliação procura verificar questões importantes como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos e sustentabilidade do programa, de acordo com os propósitos definidos. Esse processo permite aplicar melhorias nas atividades em andamento e fornecer auxílio no planejamento e programação, contribuindo para a tomada de decisões futuras (VAITSMAN *et al* 2006; PENHA, 2015).

Para Penha (2015), o processo de avaliação das políticas públicas caracteriza-se por uma fase que requer uma natureza mais reflexiva para verificar se é viável a continuidade de um programa ou não. A avaliação é considerada como uma ferramenta gerencial, um instrumento utilizado para a gestão governamental das políticas públicas. Matias-Pereira (2015) afirma que, como as políticas públicas são ações realizadas pelo governo junto à sociedade, para promover a adequação às necessidades sociais dos indivíduos, o processo de avaliação das políticas públicas não se restringe apenas a medir, mensurar, comparar, ou controlar algo, mas além, deve ser compreendido como o julgamento de determinada ação, tendo como referência determinado valor, com a atuação efetiva dos atores envolvidos no objeto submetido ao processo de avaliação. Deste modo a avaliação após a implementação permite mensurar a eficiência e eficácia das políticas públicas. Nesse sentido sabe-se que a pesquisa avaliativa acadêmica proporciona maior rigor científico (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Segundo Sanchez (2013) os programas de avaliação de assistência estudantil

apresentam um déficit quanto às metodologias de avaliação, pela falta de clareza em documentos oficiais. As instituições de ensino que dependerem apenas desses documentos, não terão informações precisas para realizar a avaliação, pois são requisitos fundamentais para verificar as metas e o atingir os objetivos dos programas sociais. Mesmo com a ausência de uma metodologia de avaliação, isso não impede que as universidades desenvolvam procedimentos avaliativos próprios, visto que a autonomia universitária permite as instituições de ensino planejar e organizar os programas sociais de acordo com o contexto no qual a universidade está inserida, atingindo um público-alvo específico e respeitando as particularidades locais. Portanto os processos de avaliação são indispensáveis, pois quando bem planejado e avaliado os programas de assistência estudantil alcançam resultados importantes, impactando em um processo de democratização do acesso e permanência de discentes de baixa renda em universidades públicas brasileiras. Sabe-se que as políticas públicas voltadas para a Assistência Estudantil promovem o combate eficiente contra a desigualdade social nas universidades, em conjunto com outros programas sociais, representam ações que estão proporcionando resultados satisfatórios.

3 METODOLOGIA

O estudo sobre a relação entre bolsistas e docentes tutores da ação bolsa permanência foi desenvolvido sob uma perspectiva de natureza qualitativa, com abordagem exploratória descritiva (GIL, 2011; GODOY, 2006). Para realização da pesquisa utilizou-se o estudo de caso como estratégia, sendo realizado no Campus da UFMS de Naviraí. A escolha do Campus de Naviraí ocorreu de forma intencional por atender os critérios de interesse do estudo, como acesso as informações e autorização para realização da pesquisa no Campus. Os dados foram coletados com a aplicação de dois instrumentos: 1) entrevistas em profundidade e; 2) análise de documentos (YIN, 2010).

A pesquisa teve como sujeitos informantes bolsistas e docentes tutores do CPNV. A análise pautou-se pelos princípios da análise de conteúdo.

Foi adotado também o estudo de caso como estratégia de investigação, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, mais especificamente, nos Campus de Paranaíba (CPAR) e Naviraí (CPNV). A escolha dos casos ocorreu de forma intencional segundo critérios como o oferecimento da ação bolsa permanência; autorização para realização da pesquisa e acesso a informações e, acesso aos egressos. Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos, entrevistas em profundidade e análise de documentos.

Os sujeitos informantes da pesquisa foram acadêmicos egressos dos cursos de ambos os Campus. Vale ressaltar que a escolha dos sujeitos ocorreu de forma aleatória a, partir do fornecimento de dados sobre os participantes da Ação Bolsa Permanência e por constituírem o objeto central da pesquisa.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 A PERCEPÇÃO DE BOLSISTAS E TUTORES SOBRE A AÇÃO BOLSA PERMANÊNCIA NO CPNV

A pesquisa realizada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Câmpus de Naviraí (CPNV), contou com uma população de sete entrevistados ao todo, sendo quatro alunos e alunas bolsistas permanência, pertencentes aos cursos de Pedagogia e Licenciatura em Ciências Sociais. Foram entrevistados também duas professoras-tutoras, ambas do curso de Pedagogia. E por último, o Presidente da Comissão Permanente de Assistência Estudantil (CPAC), do Câmpus. A tabela 1 apresenta essas informações. Para compreendermos melhor o objeto de estudo, na tabela são apresentados a relação de bolsistas e tutores da ação bolsa permanência no Campus de Naviraí desde o ano de 2011 até o ano de 2016.

Tabela 1: Relação de Bolsistas e Tutores Câmpus de Naviraí-MS

Ano	Bolsistas	Tutores
2011	18	10
2012	49	12
2013	38	08
2014	36	07
2015	28	09
2016	17	10

Fonte: elaborado pela autora

O objetivo da ação Bolsa Permanência da UFMS é, conforme explicitado anteriormente, auxiliar financeiramente os alunos em vulnerabilidade socioeconômica, evitando os índices de retenção e evasão, problemas presentes nos dados das instituições federais e, assim, também na UFMS, visando não apenas uma conclusão do curso, mas uma formação ampla e que conte com a produção de conhecimento de qualidade. No campus de Naviraí/CPNV, assim como em outros Câmpus, a operacionalização da ação se desenvolve de uma forma diferente da ocorrida na Cidade Universitária (Campo Grande), por motivos de

apresentar um número menor de estudantes, promovendo dessa forma um contato maior com os professores que virão a se tornar seus tutores para a concessão e desenvolvimento das atividades da bolsa permanência, relacionadas ao ensino, a pesquisa ou extensão.

Cabe ressaltar que a pesquisa evidenciou que as maiores críticas dos professores tutores sobre a bolsa permanência foi feita em relação a operacionalização do processo. Conforme destacaram alguns entrevistados, acadêmicos que não precisam de bolsa estão recebendo o benefício, enquanto alguns que precisam não recebem. É importante repensar o processo a fim de que essas falhas não ocorram. Por outro lado, é importante frisar que essa não é uma tarefa fácil. A formação de uma equipe multidisciplinar no Câmpus pode ser um caminho para minimizar esses problemas, entretanto, nem sempre é possível em Câmpus do interior como é o caso do CPNV.

De acordo com os bolsistas entrevistados todos desenvolveram projetos voltados para a área de pesquisa. A função principal, portanto, e que corresponde aos objetivos da bolsa permanência e, até mesmo se faz presente no nome da ação, “Permanência”, é observada pela maioria dos sujeitos como objetivo realizado. Um auxílio, crucial de acordo com a fala dos bolsistas, porém não suficiente por si só para garantir a real permanência, mas sim, funciona como um auxílio financeiro de grande importância. A condição de uma grande parcela de estudantes das universidades públicas brasileiras é de vulnerabilidade social e econômica. Em sua totalidade, os estudantes afirmaram que os valores pagos pela bolsa não são suficientes para custear seus estudos, mas afirmam também que esse recurso é importante para subsidiar parte de suas despesas na universidade e, sem o mesmo, muitos não conseguiram permanecer nos estudos. A questão levantada na pesquisa sobre os valores é um problema de ordem prática, enfrentado não apenas pela ação de bolsa permanência, mas de fato é necessário expor esse fato já que existe e se apresenta em outras circunstâncias.

Atrelado ao objetivo de fazer com que os estudantes permaneçam na universidade, a ação necessita que um trabalho por parte do aluno bolsista seja desenvolvido, podendo estar na linha da pesquisa, ensino ou extensão, e talvez um dos nortes da ação, contar com o trabalho de tutoria de um professor. Alguns problemas são enfrentados, tanto por parte dos alunos, como também dos professores. Os trabalhos estão divididos entre as temáticas de grupos de extensão e estudos como apenas na parte de pesquisa. Na maioria, os trabalhos dos alunos são feitos dentro dessa proposta já existente dos professores, um grupo de pesquisa ou de extensão. A proposta seria que as atividades por eles desenvolvidas de fato cumpram a função de ser um conhecimento a mais, uma base teórica a mais para sua formação, e muitas vezes o que ocorre são relatórios com conteúdo básico, que não agregam a mais na perspectiva dos alunos, nem na

graduação.

Na percepção dos estudantes entrevistados é visível, por parte de alguns desses professores-tutores, que a ação e as atividades acabam ficando para depois, ou não ocupam um espaço na agenda de atividades, lembrando que isso ocorre com alguns, já no trabalho de outros as atividades são elaboradas e revisadas. Conforme afirmou uma das docentes entrevistadas, a bolsa permanência as vezes se caracteriza um refúgio para acadêmicos que não querem fazer nada. Esses alunos procuram professores “bonzinhos”. Tal perspectiva é preocupante e precisa ser investigada e combatida. A tarefa de tutoria, a relação entre os alunos com os professores não pode ser entendida como um fardo, ao contrário, trata-se de um processo que possibilita ao docente aumentar suas capacidades e até a desenvolver o que de fato precisa ser feito, pesquisa e extensão.

A proposta da ação de levar aos alunos um conhecimento a mais, conforme apurado na pesquisa, é de suma importância. É de fato, necessário e importante para os graduandos como possibilidades de enriquecimento. Mas, quando a atividade não é efetivada de forma reflexiva, com troca de saberes e experiências, quando acontece de forma automática, por obrigação, ela tende a não gerar frutos. É necessário repensar essa relação, e quando se trata de repensar, a comissão técnica também precisa aparecer. Constatou-se, segundo os sujeitos entrevistados, tanto professores como alunos, a necessidade de uma informação mais abrangente de como seguir com as atividades, isso é algo que também pode e precisa ser repensado.

4.2 A PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DO CPAR E CPNV

Como o objetivo da pesquisa foi avaliar a percepção de egressos, foram apresentados números gerais sobre essas ações a fim de compreender o alcance e a importância da Bolsa Permanência e Auxílio Alimentação na UFMS e nos Câmpus objeto de estudo. A pesquisa destacou que a UFMS oferta 1500 bolsas permanência e 1500 auxílios alimentação por mês, nos últimos 5 anos, sendo que desse total, o Câmpus de Naviraí oferece 35 bolsas permanência e alimentação e Câmpus de Paranaíba oferece 70 bolsas permanência e alimentação por mês. O quadro 1 apresenta a caracterização da amostra da pesquisa.

De acordo com os dados, os sujeitos da pesquisa receberam o benefício bolsa permanência num período de 1 a 5 anos, com média de 3,3 anos de utilização do benefício. Um dado relevante é que três sujeitos concluíram o curso no ano de 2015 o que implica que estão no mercado de trabalho a um ano. Na percepção dos sete sujeitos investigados a ação bolsa permanência cumpriu seu objetivo de oferecer condições para que os acadêmicos

permanecessem na UFMS. Para os entrevistados as políticas públicas de acesso e permanência tem cumprido seu papel de oferecer condições para a parcela da população vulnerável. Entende-se que as políticas de ação afirmativa, constituíram uma decisão pública, que constituíram medidas de reparação e compensação a grupos que sofreram perdas no passado oriundas de quaisquer tipos de abusos aumentando a chance de desenvolvimento do indivíduo na sociedade (BETZEK, 2015).

Quadro 1: Caracterização dos Egressos pesquisados

Egresso	Câmpus	Curso	Ano de Conclusão do Curso	Atuação Profissional (atual)
Egresso A	CPAR	Administração	2015	Auxiliar contábil
Egresso B	CPAR	Administração	2015	Atendente de negócios
Egresso C	CPAR	Administração	2015	Auxiliar administrativo
Egresso D	CPAR	Psicologia	2012	Mestrando
Egresso E	CPAR	Psicologia	2013	Desempregado
Egresso F	CPAR	Psicologia	2013	Mestrando
Egresso G	CPNV	Pedagogia	2014	Mestrando

Fonte: Elaborado pelo autor

Outro aspecto relevante da pesquisa evidencia que os egressos demonstraram ter amplo conhecimento sobre o que são políticas públicas de ações afirmativas. Quando questionados sobre o que significa ser um aluno bolsista permanência, observa-se que os egressos têm clareza sobre papel e importância da ação em suas trajetórias acadêmicas.

O que se constatou de forma mais simples é que a ação bolsa permanência tem cumprido com seu papel de permitir aos acadêmicos condições básicas de permanência no ensino superior. Como os Câmpus do CPAR e CPNV, onde os sujeitos investigados cursam o ensino superior não oferecem moradia, restaurante universitário, saúde e creche entre outros benefícios, a bolsa permanência e o auxílio alimentação têm importância ainda maior para manutenção das condições básicas de permanência na universidade. Um dado relevante, é que os sujeitos investigados não tinham conhecimento da ação bolsa permanência antes começarem o curso. A pesquisa levantou ainda, que a bolsa permanência é pouco difundida fora das universidades, programas como Iniciação Científica e Programa Institucional de Iniciação à docência (PIBID), são projetos de assistência estudantil mais conhecidos fora do ambiente acadêmico. Destaca-se nesse caso, que os sujeitos não procuraram a universidade por conta da

bolsa permanência, mas em muitas situações, acreditavam que a universidade oferecia moradia estudantil e restaurante universitário, o que a UFMS só oferece em Câmpus maiores como é o caso, por exemplo, de Três Lagoas e Campo Grande.

Os acadêmicos foram unânimes em afirmar que a ação bolsa permanência, combinado ao auxílio alimentação, foi importante para suprir necessidades básicas, o que permitiu aos acadêmicos dedicarem mais tempo aos estudos, impactando diretamente no seu desempenho, produzindo resultados satisfatórios no desempenho acadêmico. Quando questionados sobre seu desempenho, as respostas corroboraram essa perspectiva de melhoria na aprendizagem. Entende-se que os auxílios propiciados aos egressos influenciaram a dedicação durante a graduação, o que sugere que a formação geral dos egressos fosse melhor pela possibilidade de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão o que permitiu contato fora dos muros da universidade. Conforme foi destacado pelos entrevistados, as atividades proporcionadas pelas bolsas colaboraram para expandir o conhecimento dos egressos, bem como, forneceram maior contato com prática que envolve o mercado de trabalho, de suas respectivas graduações. Cabe destacar, entretanto, que os sujeitos respondentes não apontaram apenas pontos positivos, mas também, aspectos que precisam melhorar na execução das políticas.

Do ponto de vista da operacionalização, destaca-se o fato de que as ações de bolsa permanência e auxílio alimentação são realizados durante o período letivo não contemplando os períodos de férias. Tal conduta tem implicações importantes para muitos acadêmicos que ficam em situação delicada do ponto de vista financeiro por não ter como custear despesas de aluguel, água, luz e alimentação nesses períodos e outras despesas. Como as ações não são de fluxo contínuo, ou seja, não são oferecidas durante os doze meses do ano, muitos estudantes não têm condições de retornar para suas residências, que em muitos casos, ficam a 2000 km distantes da cidade onde estudam. Muitos destes não recebem ou recebem ajuda muito pequena da família.

Outros aspectos importantes levantados juntos aos sujeitos respondentes estão relacionados ao processo de escolha dos bolsistas. A primeira questão é que a UFMS, a partir dos recursos do PNAES, (cabe ressaltar que a UFMS não usa recurso próprio) não consegue oferecer bolsa para todos os alunos que se enquadram no edital de seleção. Assim, é comum que os acadêmicos com perfil, mas que não conseguiram bolsa aleguem algum tipo de problema nesses editais. Essa percepção ficou evidenciada na percepção dos egressos respondentes que apontaram “fraude na documentação”, “falta de fiscalização” e “falta de transparência no processo”. Cabe ressaltar, que mesmo o processo sendo realizado por edital, onde os critérios são objetivos em sua maioria (PREAE, 2016), bem como a análise desses documentos ser

analisada por profissionais aptos, como psicólogos e assistentes sociais, existem um sentimento por parte de alguns bolsistas de que o processo pode não ser justo. Entretanto, em entrevista com representantes das Comissões Próprias de Assistência Estudantil (CPAC's) ficou evidente a preocupação dos planejadores e executores em melhorar o processo. Destaca-se que em caso de denúncia, ocorre a investigação e retirada da bolsa quando comprovado alguma irregularidade.

Os sujeitos foram questionados sobre como as ações de bolsa permanência poderiam ser melhoradas. Constata-se que as ações de bolsa permanência e auxílio alimentação, mesmo apresentando algumas falhas como os cortes feitos durante o início do ano letivo, atenderam as expectativas dos egressos para custear as despesas relacionadas à alimentação e moradia, tais fatores que garantiram a permanência durante o período da graduação. Entretanto, o programa ainda pode ser melhorado com a criação de mecanismos que gerem um processo ainda mais transparente, com sua operacionalização de tal forma que os bolsistas não fiquem descobertos durante uma parte importante do ano.

Um papel importante atribuído a bolsa permanência e o auxílio alimentação é possibilitar ao acadêmico que participe de atividades ensino, pesquisa e extensão que o levam a participar eventos fora dos muros da UFMS. Sabe-se que o recurso da bolsa permanência custeia a viagem do acadêmico para os congressos, contribuindo para a produção do conhecimento do discente e dedicação ao ensino quanto às disciplinas cursadas. Desta forma, os programas sociais promoveram mudança quanto aos padrões de vida, possibilitando assim, maior participação das atividades da universidade, e aumenta o conhecimento, fornecendo *know-how* para aplicar ao mercado de trabalho.

Sob um espectro mais amplo de avaliação das ações afirmativas, em especial bolsa permanência e auxílio alimentação, os sujeitos foram questionados quanto o impacto das ações para redução de desigualdades socioeconômicas no País. A partir das respostas, verificou-se que os sujeitos concordam em parte com essa afirmativa, pois isso ocorre parcialmente, já que ainda existem falhas no sistema que permitem pessoas com alto poder aquisitivo receber o recurso. As desigualdades socioeconômicas do país estão muito além das pessoas que tiveram a oportunidade de ingressar numa universidade pública.

Dessa forma, a pesquisa levantou que as críticas são principalmente relacionadas aos problemas na operacionalização do programa. Mas, o fato de o acadêmico ter conseguido concluir um curso é apresentado como maior impacto para solução de parte dos problemas socioeconômicos no Brasil, não obstante ao fato de que a solução é bem mais complexa, houve avanços importantes para que jovens de baixa na renda frequentassem a permanecessem

universidade, o que por si só tem um impacto transformador na sociedade.

Do ponto de vista social e profissional, os resultados da pesquisa apontam para importantes impactos das ações afirmativas junto aos egressos. De acordo com os egressos, as ações afirmativas foram fundamentais para aspectos de formação acadêmica, pessoal e profissional fossem ainda mais valorizados e compreendidos. Conforme destacaram os egressos:

Cabe esclarecer, no entanto, que 3 dos entrevistados estão cursando mestrado e tem pretensões acadêmicas. Apenas 1 dos entrevistados informou não trabalhar. De forma geral, todos os entrevistados se sentem mais preparados para o mercado de trabalho e atribuem relação direta com inúmeros fatores, dentre eles, os benefícios advindos das políticas afirmativas. Importante destacar que inúmeros projetos foram desenvolvidos a partir da participação em extensão, o que, além da possibilidade de participação em demandas sociais importantes, na formação técnica e comportamental, gerou contatos importantes com a comunidade, ampliando o senso de participação, como também ampliou o contato com as possibilidades de atuação profissional e pessoal.

Por fim, a pesquisa evidenciou o caráter processual e reflexivo que a avaliação de políticas públicas deve ter. Tal perspectiva tem sido desenvolvida na UFMS, entretanto, um aspecto a ser aprofundado é o acompanhamento dos egressos. Além do acompanhamento dos conteúdos e dos programas, bem como dos resultados quantitativos de investimentos e alcance de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, seria muito importante que o processo de avaliação alcançasse efetivamente os egressos. Esses constituem sujeitos com percepção profunda do processo como um todo, além de acrescentar sua perspectiva pessoal e profissional do impacto das políticas públicas.

5 CONCLUSÕES

O presente artigo apresentou parte de duas pesquisas desenvolvidas no âmbito de dois projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), realizados nos Câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da cidade de Naviraí e da cidade de Paranaíba, no período compreendido entre 2015 e 2016. As pesquisas desenvolvidas atuaram em duas frentes importantes: compreender as características da relação entre tutor e bolsista na ação bolsa permanência na UFMS e, analisar o impacto da bolsa permanecia para acadêmicos egressos que usufruíram do benefício, demonstrando como essas questões se articulam e podem ajudar a melhor compreender a efetivação da ação bolsa permanência como

uma política afirmativa que demanda inclusão, acesso e permanência na universidade pública federal.

De um lado, é possível destacar que o impacto da ação bolsa permanência para acadêmicos egressos que usufruíram do benefício nos Câmpus de Paranaíba e Naviraí demonstraram que os benefícios são concedidos a uma quantidade expressiva de acadêmicos, mas, por outro, grande parte da população de acadêmicos ainda é excluída dos programas de ações afirmativas, pois existe uma demanda muito maior do que aquela que a UFMS consegue conceder. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa ressaltou a importância de se adotar na UFMS um mecanismo de avaliação capaz de mensurar o processo de forma mais ampla, não apenas do ponto de vista da aplicação dos recursos, mas de maneira qualitativa e quantitativa sob o prisma do processo seletivo e dos processos de realização da ação bolsa permanência e auxílio alimentação.

Constatou-se ainda, que na UFMS a avaliação das ações de bolsa permanência e auxílio alimentação estão melhorando, entretanto, ainda se observa um modelo muito mais centrado no resultado, do que propriamente no processo. A elaboração de relatórios mensais por parte do bolsista pode ser um caminho interessante, contudo, seria importante que os resultados pudessem ser problematizados e subsidiassem o processo de planejamento de forma mais rápida. Já, os resultados da pesquisa realizada no Câmpus de Naviraí que tratou buscaram analisar compreender as características da relação entre tutor e bolsista na ação bolsa permanência, evidenciou a relevância de se discutir o papel das políticas afirmativas, especialmente da bolsa permanência no contexto acadêmico, a fim de melhor compreender como se dá a relação professor e aluno nesse campo.

Se por um lado a bolsa permanência parece cumprir esse papel, conforme confirma a pesquisa com os egressos, apesar das falhas e necessários ajustes, do ponto de vista da relação de tutoria, a efetivação dessas atividades ainda é um trabalho que precisa ser aprimorado, e novas formas de relacionamento entre os professores-tutores e os bolsistas permanência precisam ser encontradas, desde o diálogo, até a interação com atividades que produzam a capacidade de gerar conhecimento mútuo, interação, solidariedade, compromisso e respeito, elementos primordiais para o sucesso de qualquer ação que demande inclusão, aprendizagem e formação humana e cidadã.

REFERÊNCIAS

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira.** 2015.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 03 jun. 2016.

_____. **LEI N° 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/lei_12711_29_08_2012.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2017.

_____. RESOLUÇÃO Nº 59, DE 25 DE JULHO DE 2017. O conselho Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, estabelece as Normas de Ações do Programa de Assistência Estudantil da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em; <>. Acesso em: 25 de ago. de 2017.

CARVALHO, Soraya Comanducci da Silva. Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras. 2013.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOY, C. K., BANDEIRA-DE- MARÇAL, José Antonio. **Política de Ação Afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a formação de Intelectuais negros (as).** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federa do Paraná. Curitiba, 195 p. 2011.

GODOY, C. K., MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e Evento Dialógico. In: GODOY, C. K., BANDEIRA-DE-MELLO, R. SILVA, A. B. (org) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea** - 4^a Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEC. Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/apresentacao>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE** - Campus Vitória de Santo Antão. 2015.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e Ensinar: por uma docência da melhor qualidade.** – 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágio, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e estudos de casos. 3 ed, São Paulo: Atlas, 2009.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. Avaliação de Programas de Assistência Estudantil. **A Revista**

História, Movimento e Reflexão, V. 1, N. 1, 2013.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares** camadas populares. **Revista brasileira de 2006**.

VIANA, Ana L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p 5-43, abr. 1996.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto WS; PAES-SOUZA, Rômulo. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais:** a experiência do Ministério do desenvolvimento Social Social Social e combate a fome. Policy Papers, 2006.